

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá– IDSM-OS
Tefé – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá– IDSM-OS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

Conforme apresentado na Nota 01, em 09 de junho de 2016 foi assinado 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de junho de 2017 e em 01 de junho de 2017 foi assinado o 18º Termo Aditivo o qual prorrogou, novamente, a vigência do Contrato de Gestão até 30 de

dezembro de 2017. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Entretanto o 18º termo aditivo foi celebrado no valor de R\$ 18.793.762 com vigência até 30/12/2017 e o 19º termo aditivo foi firmado em dezembro de 2017, com o objetivo de prorrogação da vigência até 30/12/2019. Esses eventos indicam a existência de incerteza que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

A entidade bem buscando oportunidades de firmar novos Convênios com outras Instituições, no sentido de garantir a continuidade de suas operações.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

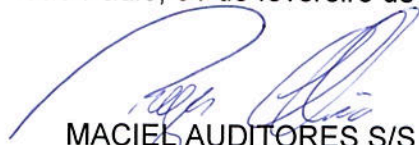
B 3

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2018.



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” –SP
Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP
Responsável Técnico



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM – OS – CNPJ: 03.119.820/0001-95

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.901.333	1.925.586	Fornecedores		437	33.889
Recursos vinculados a convênios	5	21.603.605	16.658.160	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.682.325	1.924.185
Créditos a receber	6	291.897	183.434	Obrigações tributárias		170.450	170.817
Estoques	7	<u>16.053</u>	<u>97.024</u>	Outras contas a pagar		360.482	366.464
				Obrigações com recursos de projetos	11	<u>14.596.360</u>	<u>9.527.038</u>
Total do circulante		<u>23.812.889</u>	<u>18.864.205</u>	Total do circulante		<u>16.810.055</u>	<u>12.022.392</u>
Não circulante				Não Circulante			
Processos judiciais		44.339	44.339	Outras contas a pagar		44.339	75.799
Imobilizado	8	12.065.987	12.575.679	Investimentos com recursos de projetos	11	<u>11.060.308</u>	<u>11.787.591</u>
Intangível	9	74.318	104.178				
Total do não circulante		<u>12.184.644</u>	<u>12.724.196</u>	Total do não circulante		<u>11.104.647</u>	<u>11.863.390</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Patrimônio social		7.702.619	2.459.539
				Superávit acumulado		380.213	5.243.080
				Total do patrimônio líquido		<u>8.082.832</u>	<u>7.702.619</u>
Total do ativo		<u>35.997.534</u>	<u>31.588.401</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>35.997.534</u>	<u>31.588.401</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	14	21.310.418	24.042.580
Custo das atividades	15	<u>(15.572.018)</u>	<u>(13.740.339)</u>
Superávit bruto		5.738.400	10.302.241
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(1.875.662)	(1.982.328)
Despesas gerais e administrativas	17	(3.421.953)	(2.835.655)
Despesas tributárias		(469.541)	(342.968)
Outras despesas operacionais		-	-
Superávit antes do resultado financeiro		<u>(28.756)</u>	<u>5.141.289</u>
Receitas financeiras		514.783	295.352
Despesas financeiras		<u>(105.814)</u>	<u>(193.561)</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>408.969</u>	<u>101.791</u>
Superávit do exercício		<u><u>380.213</u></u>	<u><u>5.243.080</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

JOY CIMARA ROCHA DE S. FERREIRA
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Superávit/Déficit do exercício	380.213	5.243.080
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>380.213</u></u>	<u><u>5.243.080</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE S. FERREIRA
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	2.047.315	412.224	2.459.539
Incorporação do superávit acumulado	412.224	(412.224)	-
Superávit do Exercício	-	5.243.080	5.243.080
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>2.459.539</u>	<u>5.243.080</u>	<u>7.702.619</u>
Incorporação do superávit acumulado	5.243.080	(5.243.080)	-
Superávit do exercício	-	<u>380.213</u>	<u>380.213</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>7.702.619</u>	<u>380.213</u>	<u>8.082.832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE S. FERREIRA
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora - CRC/AM 010141/O-0



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	380.213	5.243.080
Depreciação e amortização	1.050.087	1.305.489
Baixas do imobilizado e intangível	69.398	197.297
	<hr/>	<hr/>
		6.745.867
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a convênios	(4.945.445)	(12.846.477)
Créditos a receber	(108.463)	1.092.750
Estoques	80.971	73.919
Depósitos judiciais	-	-
	<hr/>	<hr/>
	(4.972.937)	(11.679.807)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(31.652)	(482.108)
Obrigações sociais e trabalhistas	(241.860)	(401.579)
Obrigações tributárias	(366)	(165.367)
Outras contas a pagar	(7.782)	(48.745)
Obrigações com recursos de convênios	4.310.580	6.714.941
	<hr/>	<hr/>
	4.028.921	5.617.142
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<hr/>	<hr/>
	555.681	683.201
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(565.951)	(465.729)
Aquisição de intangível	(13.982)	-
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(579.933)	(465.729)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(24.253)	217.473
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<hr/>	<hr/>
	1.925.586	1.708.113
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<hr/>	<hr/>
	1.901.333	1.925.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

JOYCIMARA ROCHA DE S. FERREIRA
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 (Em Reais)

1 Contexto Operacional

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas alagáveis;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação do meio ambiente da Região Amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologia sustentável.



As atividades desenvolvidas pelo Instituto estão atreladas às metas e prazos descritos em contrato de gestão, conforme aditamento do contrato firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Em 09 de junho de 2016 foi assinado 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de junho de 2017 e em 01 de junho de 2017 foi assinado o 18º Termo Aditivo o qual prorrogou, novamente, a vigência do Contrato de Gestão até 30 de dezembro de 2017. Os recursos destinados ao custeio das atividades do IDSM são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Vide informações sobre a gestão financeira do referido Contrato na Nota Explicativa nº 19.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento. Desde 2016 o IDSM firmou convênio também, com a Fundação Gordon Moore, cuja finalidade é apoiar a Consolidação e Disseminação de Práticas Sustentáveis de Gestão de Recursos Naturais em Áreas Úmidas.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo e comércio de artesanato, promovendo o desenvolvimento do artesanato regional e a inserção dos artesãos locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no



Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 8 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e



tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Recursos vinculados a projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

d. Créditos a receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

e. Estoque

Mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de estoque é determinado com base no custo médio de aquisição ou produção dos gastos incorridos.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.



ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa nº 8.

iv. Obras em andamento

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

g. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.



Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Receita operacional

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do Contrato de Gestão firmado com o MCTIC, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanatos são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

i. Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

ii. Imobilizado

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.



iii. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

o. Isenções fiscais

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10 e 18, IV):

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.



4 Caixa e Equivalente de Caixa

	2017	2016
Caixa	3.492	4.634
Bancos	67.036	20.496
Aplicações financeiras	<u>1.830.805</u>	<u>1.900.456</u>
	<u>1.901.333</u>	<u>1.925.586</u>

5 Recursos Vinculados a Projetos

	2017	2016
Caixa	3.716	1.492
Bancos	154.339	26.094
Aplicações financeiras	<u>21.445.550</u>	<u>16.630.574</u>
	<u>21.603.605</u>	<u>16.658.160</u>

Composição por projeto:

	2017	2016
Contrato de Gestão – Subvenção MCTIC	15.679.577	9.595.003
Convênio Moore	5.152.244	5.085.458
Convênio BNDES	617.446	1.948.931
Convênio WCS	128.599	-
Convênio Fundação O Boticário	25.514	-
Convênio Animal Crisis	226	976
Outros Convênios	-	27.794
	<u>21.603.605</u>	<u>16.658.160</u>

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,87% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.



6 Créditos a Receber

	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	171.125	87.119
Adiantamentos a funcionários	69.383	49.412
Recursos de clientes	20.231	16.192
Seguros a apropriar	18.173	-
Adiantamentos de viagens	12.660	22.961
Créditos tributários	325	7.750
	291.897	183.434

7 Estoques

Referem-se basicamente aos produtos para revenda da loja de artesanatos (periódicos, artesanatos, etc.).

	2.017	2.016
Estoque de Livros	14.661	65.771
Camisas Mamirauá	1.364	18.398
Produtos Mamirauá	28	12.855
	291.897	183.434

8 Imobilizado

	2017	2016
Bens próprios	1.079.997	892.268
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	11.060.308	11.787.591
	12.140.305	12.575.679

Resumo da movimentação anual:

	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2017
Custo						
Terrenos	10.000	-	-	-	-	10.000
Edificações	10.660.711	-	-	-	-	10.660.711
Instalações	536.502	-	-	54.857	-	591.359
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.291.722	284.485	(104.194)	53.520	-	4.525.533
Equipamentos de informática	1.989.633	77.118	(123.028)	-	-	1.943.723
Veículos	676.007	-	(7.500)	-	-	668.507
Móveis e utensílios	1.418.413	18.291	(45.632)	-	-	1.391.073
Biblioteca	54.663	-	-	-	-	54.663
Benfeitorias	1.456.957	-	-	-	-	1.456.957
Imobilizado em andamento	286.673	186.057	(37.872)	(106.817)	-	328.041
	21.381.281	565.951	(318.225)	1.560	-	21.630.567

Depreciação Acumulada



Edificações	(2.121.007)	(190.786)	-	-	-	(2.311.793)
Instalações	(267.400)	(16.299)	-	-	-	(283.699)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.411.146)	(297.469)	82.098	-	-	(2.626.517)
Equipamentos de informática	(1.686.475)	(207.568)	120.010	-	-	(1.774.033)
Veículos	(354.203)	(21.775)	7.500	-	-	(368.478)
Moveis e utensílios	(642.821)	(110.481)	37.659	-	-	(715.644)
Benfeitorias	(1.322.551)	(161.865)	-	-	-	(1.484.416)
	(8.805.603)	(1.006.244)	247.267	-	-	(9.564.580)
Imobilizado Líquido	12.575.679	(440.293)	(70.958)	(51.960)	-	12.065.987

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2016
Custo						
Terrenos	10.000	-	-	-	-	10.000
Edificações	10.660.711	-	-	-	-	10.660.711
Instalações	433.262	-	-	103.240	-	536.502
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.059.070	244.401	(11.749)	-	-	4.291.722
Equipamentos de informática	2.003.525	4.400	(18.292)	-	-	1.989.633
Veículos	718.997	-	(42.990)	-	-	676.007
Móveis e utensílios	1.432.569	6.873	(21.027)	-	-	1.418.415
Biblioteca	54.663	-	-	-	-	54.663
Benfeitorias	1.456.957	-	-	-	-	1.456.957
Imobilizado em andamento	283.096	106.817	-	(103.240)	-	286.673
	21.112.850	362.491	(94.058)	-	-	21.381.283
Depreciação Acumulada						
Edificações	(1.930.221)	(190.786)	-	-	-	(2.121.007)
Instalações	(253.906)	(13.494)	-	-	-	(267.400)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.074.280)	(347.486)	10.620	-	-	(2.411.146)
Equipamentos de informática	(1.444.249)	(248.468)	6.242	-	-	(1.686.475)
Veículos	(334.631)	(57.188)	37.616	-	-	(354.203)
Moveis e utensílios	(538.462)	(119.151)	14.791	-	-	(642.822)
Benfeitorias	(973.662)	(348.889)	-	-	-	(1.322.551)
	(7.549.411)	(1.325.462)	69.269	-	-	(8.805.604)
Imobilizado Líquido	13.563.439	(962.971)	(24.789)	-	-	12.575.679

Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:

Em 2017 foi realizada verificação geral nos bens para avaliar a situação atual dos mesmos, considerando as restrições de uso e de manutenção dos bens, o que foi constatado que o estado de



conservação dos bens avaliados, não sofreu alteração significativa nos últimos doze meses. Concluiu-se então que os seus valores residuais estão de acordo com seus estados de conservação atual.

9 Intangível

	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2017
Custo						
Software	329.641	13.982	-	-	-	343.623
Licenças Office Profissional	3.207	-	-	-	-	3.207
Licenças Windows 98	34.196	-	-	-	-	34.196
	367.044	13.982	-	-	-	381.026
Amortização						
Custo						
Software	(235.254)	(38.316)	-	-	-	(273.570)
Licenças Office Profissional	(1.818)	(641,52)	-	-	-	(2.460)
Licenças Windows 98	(25.795)	(4.885)	-	-	-	(30.680)
	(262.866)	(43.842)	-	-	-	(306.709)
Intangível Líquido	104.178	(29.860)	-	-	-	74.317

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2016
Custo						
Software	329.641	-	-	-	-	329.641
Licenças Office Profissional	3.207	-	-	-	-	3.207
Licenças Windows 98	34.196	-	-	-	-	34.196
	367.044	-	-	-	-	367.044
Amortização						
Custo						
Software	(192.937)	(42.317)	-	-	-	(235.254)
Licenças Office Profissional	(1.176)	(642)	-	-	-	(1.818)
Licenças Windows 98	(19.456)	(6.339)	-	-	-	(25.795)
	(213.569)	(49.298)	-	-	-	(262.866)
Intangível Líquido	153.476	(59.524)	-	-	-	104.178



10 Obrigações sociais e trabalhistas

	2017	2016
Férias a pagar	1.003.934	1.033.949
INSS sobre salários	239.044	450.628
INSS sobre férias	256.106	263.657
FGTS sobre férias	80.314	82.716
FGTS sobre folha	85.791	79.100
PIS sobre salários	13.612	13.344
Outros passivos	3.523	791
	<u>1.682.324</u>	<u>1.924.185</u>

11 Obrigações com recursos de projetos

	2017	2016
Subvenção MCTIC	14.033.584	7.626.997
Convênio BNDES	562.776	1.900.040
	<u>14.596.360</u>	<u>9.527.037</u>

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 14.596.360 de recursos recebidos a título de Contrato de Gestão com o MCTIC e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura da entidade, que ainda não foram executados. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Os saldos dos recursos recebidos em 2017 serão destinados para compor a reserva técnica estabelecida e para continuidade das ações iniciadas em 2017.

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.060.308, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.

12 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

b. Superávit acumulado



Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

13 Processos judiciais e contingências

O Instituto, atualmente, é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, no valor de R\$ 130.725,90, com possível probabilidade de perda, conforme relatório da assessoria jurídica nº 001/2018.

14 Receita operacional líquida

	2017	2016
Subvenção do MCTIC	15.508.517	14.575.394
Ecoturismo	1.808.253	2.198.988
Convênios	3.657.867	7.216.817
Doações recebidas	418.654	204.901
Vendas de produtos	55.073	91.346
Outras receitas	24.258	42.210
	21.472.622	24.330.256
Deduções de vendas	(162.204)	(287.677)
	21.310.418	24.042.579

15 Custos das atividades

	2017	2016
Salários	(6.581.917)	(6.348.180)
Encargos sociais	(2.608.548)	(2.520.397)
Provisões	(1.635.901)	(1.558.236)
Materiais e bens	(2.042.143)	(1.546.013)
Serviço de terceiros	(1.208.333)	(753.235)
Diárias e passagens	(691.811)	(341.541)
Custo com serviços - Ecoturismo	(264.989)	(297.513)
Utilidades e serviço	(267.516)	(136.839)
Custo apoio de gestão	(52.094)	(84.188)
Serviços de auditoria/consultoria	(39.226)	(65.845)
Custo de produtos vendidos (loja)	(91.877)	(39.034)
Locações diversas	(64.225)	(34.836)
Encargos sobre serviços de terceiros	-	(16)
Informação científica	(4.674)	(9.365)
Locação de mão de obra	(18.764)	(5.100)
	(15.572.018)	(13.740.339)



16 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários e honorários	(1.176.292)	(1.216.486)
Encargos sociais	(418.567)	(440.835)
Despesa com 13º salário e férias	(247.523)	(255.180)
Encargos sociais sobre provisões	(33.280)	(69.827)
	<u>(1.875.662)</u>	<u>(1.982.328)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Depreciação e amortização	(1.050.087)	(1.377.737)
Locações	(730.933)	(668.338)
Serviços de terceiros	(536.903)	(183.541)
Despesas tributárias	(469.541)	(202.020)
Materiais e suprimentos	(538.060)	(173.169)
Utilidades e serviços	(457.595)	(388.808)
Multas	(58.787)	(140.948)
Diárias e passagens	(18.063)	(19.275)
Outras despesas	(31.526)	(27.788)
	<u>(3.891.494)</u>	<u>(3.178.624)</u>

18 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido, findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	505.408	289.398
Outras receitas financeiras	9.375	5.954
	<u>514.783</u>	<u>295.352</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(65.217)	(77.570)
Outras despesas financeiras	(40.597)	(115.991)
	<u>(105.814)</u>	<u>(193.561)</u>
	<u>408.969</u>	<u>101.791</u>



Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	1.901.333	1.925.586
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	1.975	1.493
Bancos	5	154.339	26.094
Aplicações financeiras	5	21.445.550	16.630.574
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	11	14.596.360	7.626.997

Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

19 Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTIC

1. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTIC	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2014	11.025.532	21.151.216	320.665	(24.481.457)	8.015.956
2015	8.015.956	12.172.159	295.247	(17.424.114)	3.059.248
2016	3.059.248	22.157.071	296.027	(15.854.356)	9.657.990
2017	9.657.990	20.653.768	779.379	(15.287.053)	15.804.084
				2017	2016
Recursos Auferidos					
Saldo inicial (01.01)				9.967.990	8.015.956
Recursos recebidos – repasses MCTIC				20.653.768	22.157.071
Receita financeira líquida				779.379	296.027
Total dos Recursos Auferidos				31.091.137	25.512.346
Despesas					
Pessoal				(12.137.825)	(12.296.495)
Custeio				(2.965.919)	(3.553.461)
Capital				(183.309)	(4.400)
Total das despesas				(15.287.053)	(15.854.356)
Saldo (31.12)				15.804.084	9.657.990



2. Saldos contábeis das contas patrimoniais vinculadas ao Contrato de Gestão

	2017	2016
No Ativo Circulante		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	15.679.577	9.595.003
Créditos a receber	<u>124.507</u>	<u>62.987</u>
	<u>15.804.084</u>	<u>9.657.990</u>
No Passivo Circulante		
Obrigações com recursos de projetos (Vide Nota Explicativa nº 11)		
Outros Passivos		
- Obrigações trabalhistas e sociais	(1.588.322)	(1.853.826)
- Obrigações fiscais e tributárias	(157.180)	(144.278)
- Obrigações em circulação - fornecedores	<u>(26.018)</u>	<u>(32.889)</u>
	<u>(1.771.520)</u>	<u>(2.030.993)</u>
	<u>14.032.564</u>	<u>7.626.997</u>

O valor de R\$ 14.032.565, apresentado acima, corresponde ao saldo do ativo circulante, deduzido das despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas, inclusive aquelas cujos cheques emitidos e que se encontram pendentes de compensação.

20 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 18.172,65.

Tefé/AM, 22 de janeiro de 2018.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DOS S. FERREIRA
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0